



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

RISCO AMBIENTAL E SEGREGAÇÃO RACIAL DO ESPAÇO URBANO O CASO DO DISTRITO INDUSTRIAL FAZENDA BOTAFOGO

GEORGIA COSTA¹

JONATHAN FERREIRA²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo ressaltar, através de análises iniciais, o risco ambiental, a problemática da habitação na cidade do Rio de Janeiro e a interface entre essas temáticas, utilizando o caso do Distrito Industrial da Fazenda Botafogo. A partir de uma revisão histórica, da adoção de conceitos teóricos e entendendo a problemática da coexistência de assentamentos populares e de atividades industriais de grande impacto, pretendemos destacar o risco ambiental como uma vulnerabilidade social imposta no DI Fazenda Botafogo aos assentamentos do entorno. Portanto, munido desta contextualização, o trabalho visa identificar os assentamentos irregulares ao redor do DI Fazenda Botafogo, sobrepondo os riscos ambientais gerados e o racismo espacial urbano nesta região.

Palavras-chave: risco ambiental; segregação racial; distrito industrial Fazenda Botafogo; vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

Dentro da questão habitacional, é de interesse deste artigo destacar a segregação racial do espaço a partir da revisão de literaturas que abordam esta temática e tendo por estudo de caso o bairro Fazenda Botafogo. O distrito industrial Fazenda Botafogo, instalado na década de 1950, se comparado aos outros DIs do município, é o único que possui ao seu entorno urbanização adensada. Essa urbanização é caracterizada pela sua vulnerabilidade social e ausência de serviços públicos, bem como sua marginalização (CARTIER, et. al, 2009).

A partir de 1981, com a lei nº 466, os Distritos Industriais passam a ter a obrigatoriedade de serem localizados em Zonas Estritamente Industriais (ZEI). Deste modo, o DI Fazenda Botafogo – se caracterizado como uma ZEI – ressalta a ausência de planejamento urbano no contexto da cidade do Rio de Janeiro (CARTIER, et. al, 2009). Ao longo da história da urbanização do Rio de Janeiro, em linhas gerais, os interesses do Estado e do mercado imobiliário mantiveram a população negra nas periferias da cidade. A partir das últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX

¹ Gestora ambiental, cursando especialização em Gestão e Tecnologias do Saneamento - FIOCRUZ

² Arquiteto e urbanista, cursando especialização em Política e Planejamento Urbano IPPUR-UFRJ



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

as políticas de higienização e “limpeza” dos grandes centros marca a retirada de negras e negros dos cortiços e outros assentamentos do centro da cidade (OLIVEIRA, 2013). Desta forma, os antigos espaços físicos negros, seja quilombos rurais, urbanos e semiurbanos são desterritorializados em função do desenvolvimento urbano industrial. Esses sujeitos pertencentes a esses territórios, egressos do trabalho escravizados, não são incorporados à cidade física (CARRIL, 2006).

Conseqüentemente, essa população é “empurrada” para as franjas da cidade, em espaços periféricos, ausentes de infraestrutura e problematicamente marginalizados. A inserção da população negra pós-abolição no sistema não se concretiza em grandes feitos. O direito à cidade é negado a esses grupos tanto quanto antes, na senzala, quanto após, nesses espaços de segregação e subsistência (OLIVEIRA, 2013).

A partir de uma revisão histórica, da adoção de conceitos teóricos e entendendo a problemática da coexistência de assentamentos populares e de atividades industriais de grande impacto, pretendemos destacar o risco ambiental como uma vulnerabilidade social imposta no DI Fazenda Botafogo aos assentamentos do entorno. Portanto, munido desta contextualização, o trabalho visa identificar os assentamentos irregulares ao redor do DI Fazenda Botafogo, sobrepondo os riscos ambientais gerados e o racismo espacial urbano nesta região.

1. ‘A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO’: A INTERFACE RACIAL E AS DESIGUALDADES AMBIENTAIS

Para compreender a forma como o capitalismo imprime sua marca desigual no território: abordaremos, em linhas gerais, três fatores que se relacionam entre si, a saber, a produção capitalista do espaço, os conceitos de injustiça ambiental, e o racismo estrutural permeado e naturalizado pelo Estado enquanto instituição política.

O progresso da acumulação depende e pressupõe: existência de um excedente de mão-de-obra; existência no mercado de quantidades necessárias de meios de produção; existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas (HARVEY, 2005). Observando esses três pilares é possível compreender a



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

necessidade da expansão geográfica como estratégia de geração de oportunidades para acumulação do capital.

A abertura de novas estradas, a implantação de infraestrutura urbana, e outras modificações no espaço contribuem para acelerar o tempo de produção e transporte de mercadorias. Para Harvey (2005), A urbanização é funcional ao modo de produção capitalista pois agrega num mesmo espaço o mercado consumidor, a produção da mercadoria e a obtenção da matéria-prima, tendo um menor tempo de giro do capital. Entretanto, uma contradição do capitalismo reside no fato de que a implementação de determinadas infraestruturas urbanas são responsáveis por uma valorização fundiária, que leva o capital a procurar nas áreas mais afastadas da cidade terrenos mais baratos e dotada de uma menor infraestrutura para a implementação de indústrias. Outro aspecto importante é o fato de que determinadas atividades industriais impactam diretamente na desvalorização do solo e, portanto, são impedidas de serem implementadas em determinadas áreas da cidade.

Podemos também incorporar a leitura do espaço urbano o conceito de justiça ambiental. Alguns autores afirmam que os danos e riscos causados pelo desenvolvimento do modelo econômico capitalista atingem primordialmente às camadas mais pobres e vulneráveis no espaço. Estas camadas são compostas majoritariamente por pessoas negras, indígenas e povos tradicionais em geral, agricultores familiares, quilombolas, favelados, etc (ZHOURI, 2007).

A poluição incide muito mais sobre as camadas de baixa renda, que não têm tratamento sanitário apropriado em sua maioria, não têm acesso aos bens e serviços urbanos e em geral ocupam áreas de risco, áreas contaminadas, etc. São os pobres que moram em áreas industriais e recebem a poluição direta, a contaminação por metais pesados e outros (ZHOURI, 2007, p.5).

Nesse sentido, o racismo, segundo Almeida (2015), estrutura as relações de poder do sistema econômico capitalista adotado e do Estado enquanto expressão desse sistema³. Essa estruturação tem o racismo como ferramenta essencial para sua formação e

³ O Estado, de modo geral, funciona como principal instituição do capitalismo na medida que produz as condições de funcionamento do sistema sob a lógica do trabalho e a consequente classificação dos sujeitos (ALMEIDA, 2015).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

manutenção da sociedade capitalista, na produção do controle da população do Estado através, inclusive, da formação de subjetividades.

De modo geral, essa formação e manutenção materializam-se, respectivamente, no trabalho escravizado como fundamentação nos países coloniais e, após a abolição, no subemprego de negras e negros que possibilita esse desenvolvimento da produção capitalista (OLIVEIRA, 2013). Para isso, a imposição de um imaginário dominante onde se promove a inferiorização de um grupo em detrimento de outro articula uma naturalização desse fenômeno enquanto tecnologia de dominação.

Historicamente, nas sociedades modernas ocidentais, os esforços científicos em busca de categorizar os negros como raça inferior ratificavam e contribuíam para uma lógica de subordinação. Em resumo, esses esforços associam atributos fenóticos a atributos intelectuais, onde negros eram tidos como biologicamente inferiores (WIEVIORKA, 2007).

A partir desse panorama de legitimação do racismo como tecnologia de hierarquização, a produção do espaço reflete a segregação e inferiorização dos negros. Uma vez que a lógica capitalista tem o racismo como provedora de sua manutenção e formadora de seus alicerces, o espaço também é produzido sob esta lógica de categorização e hierarquização. Deste modo, os espaços precarizados e subalternizados são compostos por minorias⁴.

2. A EXPANSÃO DA CIDADE E O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO

Com sua presença de longa data em território brasileiro, por ser considerado mercadoria, mantido em cativeiro ou acolhido em quilombos, o indivíduo negro é vítima de um processo de segregação racial que, desde a senzala, impacta diretamente na formação e consolidação do espaço urbano nacional. Segundo Oliveira (2013), os interesses do Estado e do ramo imobiliário, com destaque ao Rio de Janeiro e São Paulo, mantiveram a população negra nas periferias, morros e áreas não interessantes ao mercado

⁴ Minorias, num sentido de representação e não de quantidade.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

imobiliário. Isso ocorre de forma marcante a partir das últimas décadas do século XIX até os dias de hoje com ações como a “limpeza” dos centros.

Dois eventos fundamentais antecederam o movimento de libertação dos escravos: a Lei de Terras (1850), que previa aquisição de terras devolutas apenas por compra e a chegada de grande quantidade de imigrantes estrangeiros, em partes consequente pela Lei Eusébio de Queiroz (1850) que proibia o tráfico de escravos. Neste cenário, os escravizados recém libertos, embora qualificados profissionalmente, mas sem nenhum prestígio social, não encontram, segundo Dias (2011), uma estrutura socioeconômica e política que os absorvesse de maneira equânime.

Assim, os recém libertos precisaram encontrar alternativas como lavadeiras, quituteiras e outras funções mais (SANTANA, 2013) que gerassem qualquer renda para sobreviverem e estabeleceram-se em casas de cômodo, sendo estas antigas mansões que não tinham mais como se sustentar sem os escravizados. Aqui podemos compreender o que se desdobra na realidade dos negros até os dias de hoje, a subalternização característica na moradia e nas funções de trabalho exercidas, mantendo a maior parte do povo preto ainda na base da sociedade, nas classes mais pobres.

Ao mencionar o processo de abolição é preciso apontar os primeiros sinais do capitalismo que se impõe trazendo uma nova dinâmica para a cidade. O historiador Caio Prado Jr. (1993) nos elucida sobre este momento, com o início da indústria manufatureira e o discurso da necessidade de mão de obra mais específica, sendo representada pelos imigrantes e sob um projeto de branqueamento da população.

Ainda sob um sistema de dominação, a abolição, embora seja também composta por pressões de ativistas contra a escravização, carrega um objetivo econômico, como relata Prado Jr:

De um modo geral, e de um ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, o trabalho escravo, outras circunstâncias iguais, é mais oneroso que o assalariado. O



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido; e portanto um empate de capital. O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da indústria moderna. (PRADO, Caio Jr., 1993, p. 175)

Outro aspecto que deve ser citado para compor o cenário que estava sendo construído na época é o aumento da circulação na cidade, com os transportes de massa, como os trens e bondes, neste primeiro momento, ainda no final do século XIX e posteriormente com a construção da Av. Brasil, em 1946. O final do século XIX, como afirma o historiador Maurício Abreu (1993), representa para a história do Rio de Janeiro: “a primeira fase da expansão acelerada da malha urbana” e “a etapa inicial de um processo em que esta expansão passa a ser determinada, principalmente, pelas necessidades de reprodução de certas unidades do capital, tanto nacional como estrangeiro” (p.43).

Neste sentido, temos um mercado em processo de industrialização, ainda que dependente do setor agrário exportador para financiá-lo (ABREU, 2013) e uma população que inicia pequenos núcleos de moradia nas áreas suburbanas seguindo a linha do trem. Buscando trazer a ordem capitalista ao espaço urbano, o Estado comandou o que é tido como um marco no processo urbanístico da cidade do Rio de Janeiro: a Reforma Pereira Passos.

A Reforma instaurou-se pelo desejo de trazer novos ares à cidade que apresentava em sua região central “características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços” (ABREU, 2013). Tendo como referência padrões estéticos europeus, em um período de 4 anos a cidade (mais precisamente a zona sul e o centro) passou por intervenções que mudaram radicalmente sua paisagem. Foram realizadas obras como abertura e alargamento de vias, construção de grandes avenidas, obras de embelezamento como



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

implantação de árvores e jardins, construção de estátuas e pavilhões arquitetônicos em determinados pontos da cidade.

Outro caráter a ser comentado sobre a tal Reforma é o higienista. A cidade passou por diversas obras de saneamento e canalização de rios, foram demolidos quiosques e proibida a venda de diversos produtos por vendedores ambulantes, interferindo na fonte de renda de boa parte da população pobre (e preta).

Contudo, nada foi proposto para as áreas suburbanas e parte da população que foi atingida pelas demolições e desapropriações decorrentes dessa série de obras deslocaram-se para essas regiões (ABREU, 2013), que sem infraestrutura e com um acréscimo populacional alarmante foram sobrecarregadas. É necessário pontuar que um projeto de branqueamento da população estava em curso em concomitância com as questões do capital.

Podemos encarar este período como o primeiro movimento ativo do Estado com o intuito de branquear as áreas habitadas pelas classes mais altas, caracterizando o que posteriormente vem a ser lido como racismo institucional. A médica e ativista negra Jurema Werneck defende que:

o racismo institucional (RI), que possivelmente é a dimensão mais negligenciada do racismo, desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais. É também denominado racismo sistêmico e garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos. (WERNECK, 2016, p. 541)

Diante destas breves explicações é possível concluir que o capitalismo, ainda que pregue o desenvolvimento, se vale do não desenvolvimento de alguns lugares e de parte da população para se reproduzir, agindo cruelmente em busca de mão de obra e solo baratos que sirvam a sua reprodução sem lidar com as consequências dessas estratégias.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

3. DISTRITO INDUSTRIAL DA FAZENDA BOTAFOGO

Como estudo de caso, observaremos o Distrito Industrial Fazenda Botafogo, instalado na década de 1950, que, segundo Cartier, et. al (2009), diferentes dos demais Distritos Industriais do Rio de Janeiro, possui urbanização adensada em seu entorno. A partir de indicadores de qualidade e oferta de serviços, com auxílio de dados do IBGE, observa-se um cenário de vulnerabilidade e precarização desses assentamentos.

Como já citado anteriormente, a lei nº466 de 1981 institui que os Distritos Industriais sejam localizados em Zonas Estritamente Industriais (ZEI). Deste modo, o distrito industrial Fazenda Botafogo, se caracterizado como uma ZEI, ressalta a ausência de um planejamento urbano no contexto da cidade, uma vez que é rodeado de habitações que, em sua maioria, se caracterizam pela irregularidade (CARTIER, et. al, 2009).

O objetivo desta análise é propor a interface entre os espaços do entorno do Distrito Industrial e sua possível relação com ele. Inicialmente, adotaremos os parâmetros e indicadores do IBGE que reconhecem os territórios como favelas e assentamentos irregulares.

O Distrito Industrial Fazenda Botafogo é localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro (Figura 1), no bairro de Coelho Neto. A partir de sua criação e consolidação, a Fazenda Botafogo surge como sub-bairro.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL



Figura

1: Mapa da Zona Norte e do Distrito Industrial localizados na cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Google Maps com edições dos autores

O Distrito Industrial Fazenda Botafogo possui uma área de aproximadamente 1km² e é cortado pelo Rio Acari e pela Avenida Brasil, além da sua proximidade com a linha férrea e a linha metroviária. (Figura 2). É possível observar o entorno com urbanização adensada, composta predominantemente por residências.



Figura 2: Mapa do Distrito Industrial Fazenda Botafogo
Fonte: Google Maps com edições dos autores.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

A partir disso, levantamos os bairros que distam aproximadamente entre 1 e 2 km de distância do Distrito (figura 3), partindo da metodologia de Cartier et. al, (2009).

BAIRROS DO ENTORNO DISTRITO INDUSTRIAL DA FAZENDA BOTAFOGO

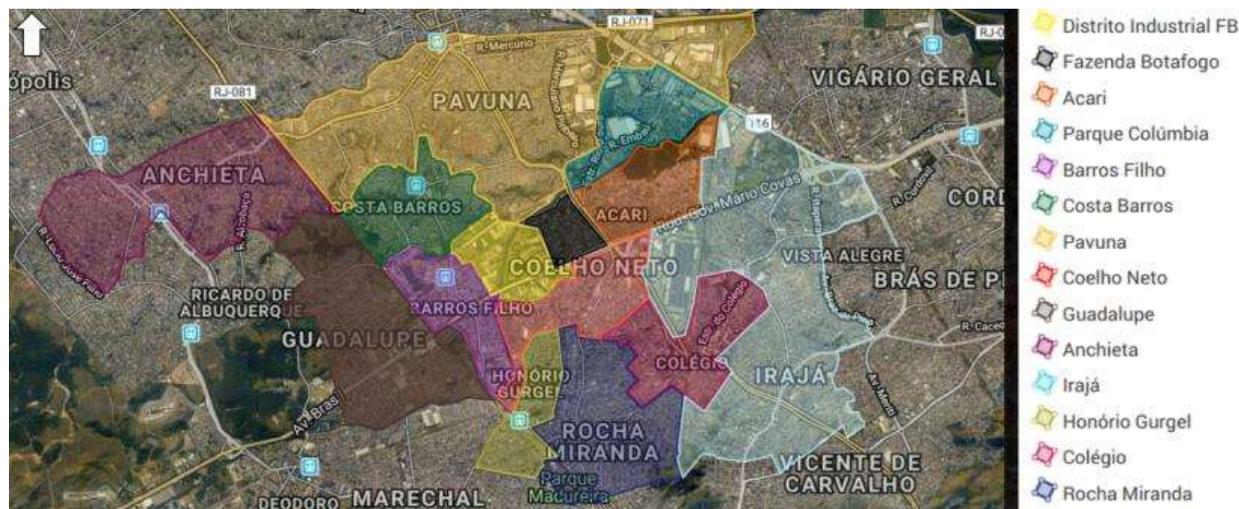


Figura 3: Mapa dos bairros do entorno
Fonte: IBGE, 2010 e Google maps com edições dos autores.

Com isso, a partir de indicações do censo do IBGE (2010), mapeamos as favelas mais expressivas em território e população (figura 4).

A partir de uma interface entre os mapas das figuras 3 e 4, infere-se uma predominância de favelas nos territórios dos bairros de Costa Barros, Acari e Pavuna, principalmente.

Nesse sentido, observa-se que os territórios das proximidades do distrito industrial, com destaque a parte norte da Avenida Brasil (em direção à Baixada Fluminense), são compostos por favelas dos Complexos da Pedreira, Chapadão e Acari, os quais compõem principalmente os bairros supracitados.

A partir da tabela da figura 5, observa-se que os bairros com território predominado por favelas são os que possuem as maiores porcentagens de população negra.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
 RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

FAVELAS DO ENTORNO DISTRITO INDUSTRIAL DA FAZENDA BOTAFOGO



Figura 4: Mapa das principais favelas do entorno
 Fonte: IBGE, 2010 e Google maps com edições dos autores.

POPULAÇÃO POR COR/RAÇA NOS BAIRROS VIZINHOS

Bairros do Entorno	Branços	% Pop. Branca	Pardos	Pretos	% Pop. Negra
Costa Barros	8315	29,2	14508	5264	69,5
Acari	9061	33,1	14072	3760	65,2
Pavuna	36981	38	44110	15343	61,1
Anchieta	21148	38	25020	8960	61,1
Parque Colúmbia	3519	38,2	4243	1367	61
Colégio	12156	41,6	12422	4420	57,6
Honório Gurgel	9215	41,9	9446	3214	57,6
Guadalupe	19881	42,2	20374	6513	57
Coelho Neto	14178	43,7	13539	4554	56,8
Irajá	51148	53,1	31773	12751	46,2

Figura 5: Tabela do número absoluto e percentual da população negra e branca.
 Fonte: Produção autoral a partir de dados do IBGE

4. CONCLUSÕES INICIAIS E CAMINHOS FUTUROS

Diante do analisado concluímos que um novo olhar é preciso ser disposto sobre as estratégias investidas pelo Estado e pelo capital hegemônico. Mais que isso, é necessário que se desdobrem proposições para mitigação dos conflitos levantados neste estudo inicial, nos quais as classes mais ricas, que possuem domínio dos meios de produção permanecem comandando a dinâmica das cidades sem pensar em condições dignas para as classes mais baixas, que em sua maioria são formadas por indivíduos negros.

Para isto, é fundamental que seja desvelado o racismo institucional e espacial como pano de fundo nos conflitos urbanos (habitação, violência, etc.), tornando possível que a



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

problemática seja abordada abertamente, que os atores sejam apontados e responsabilizados e que uma dinâmica social mais justa possa começar a se instaurar.

Referências

ABREU, Maurício de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987. 147p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.). Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. 1ed. São Paulo: Outras Expressões; Dobra universitário, 2015.

CAMPOS, A. O. 2007. Afro-descendência e a superação do 'velho' conceito de raça. In: Maria Alice Rezende Gonçalves. (Org.). Educação, cultura e literatura afro-brasileira - Coleção Sempre Negro. 1ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2007, v. 1.

CARRIL, Lourdes. Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CARTIER, Ruy et al . Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 25, n. 12, p. 2695-2704, Dec. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001200016&lng=en&nrm=iso>; acessado em 11 de junho de 2019.

DIAS, Luciana de Oliveira. Desigualdades étnico-raciais e políticas públicas no Brasil. Revista da ABPN, v. 3, n. 7, mar. - jun. 2012, p. 07-28

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Reinaldo José. Interfaces entre desigualdades urbanas e desigualdades raciais no Brasil: observações sobre o Rio de Janeiro e São Paulo. In: A cidade e o Negro no Brasil. Editora Alameda, São Paulo, 2013.

PRADO, Caio Jr. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTANA, João Rodrigo Araújo. A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2013.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saude soc., São Paulo , v. 25, n. 3, p. 535-549, Sept. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

12902016000300535&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09
out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-129020162610>.

WIEVIORKA, Michel. O racismo, uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ZHOURI, Andréa. Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano - Revista Documenta. Rio de Janeiro, No 17, 2007.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. Desafios do Desenvolvimento Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). São Paulo, ano 8, ed. 70, dez., 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23>. Acesso em 09 out 2019.